

CONCURSO PÚBLICO

Edital 001/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

CADERNO DE PROVAS

CADERNO

7

CARGO:

ASSESSOR JURÍDICO DA PROCURADORIA

PROVAS:

- LÍNGUA PORTUGUESA
- LEGISLAÇÃO
- NOÇÕES DE INFORMÁTICA
- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este caderno de provas contém um total de **50** (cinquenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, 5 de Noções e Informática e 25 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. As provas para todos os cargos terão duração de, no mínimo, **1 (uma) hora** e, no máximo, de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas objetivas decorrida **1 (uma) hora** do início de aplicação das mesmas.
7. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
8. As questões, os gabaritos e os cadernos das Provas Objetivas serão publicados no quadro de avisos de publicação oficial dos atos da Câmara Municipal de Santa Luzia e divulgados no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.org.br até o dia 11 de outubro de 2017.
9. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Quantos amigos seus estão na Cracolândia?

Antônio Prata

Carl Hart é psicólogo, psiquiatra e foi o primeiro negro a alcançar o posto de professor titular de neurociências na Universidade de Columbia, em Nova York. Em 2015, Hart veio ao Brasil divulgar seus estudos sobre drogas e vício. Numa entrevista ao Drauzio Varella, falou sobre sua pesquisa com ratos e macacos, em laboratório. Quando se coloca um animal sozinho numa jaula, capaz de acionar uma alavanca e receber uma dose de cocaína ou meta-anfetamina na veia, o bicho acionará a alavanca até morrer. Quando, porém, há mais estímulos na jaula, além da alavanca, como um outro animal sexualmente ativo, uma rodinha (no caso dos ratos) ou doces, as cobaias sobrevivem.

Extrapolando seus insights para humanos, o que Hart prega é que não adianta combater o vício sem apresentar alternativas à droga. A Cracolândia, ele insistiu em entrevistas e palestras, por aqui, não pode ser pensada pela perspectiva do vício sem ser pensada antes pela perspectiva da miséria.

Imagine que você é um mendigo viciado em crack. Seus pertences são uma calça esfarrapada, uma camiseta imunda, um par de Havaianas, um isqueiro. Você se lembra vagamente de ter tido metade de um pente, num passado não muito distante, mas não sabe onde foi parar. Sua existência se resume a pedir dinheiro no farol e a fumar crack. Nos minutos que duram a viagem, você se esquece de tudo. O resto do tempo é o inferno.

Um belo dia você decide parar com o crack. Você luta, faz um esforço sobre-humano e depois de meses está curado. Você deita sob uma marquise na rua Helvétia, apoia a cabeça num paralelepípedo, dá um gole numa poça d'água e pensa: agora eu sou um mendigo saudável! Pensa no futuro. Posso arrumar um trapo para limpar os vidros dos carros, no farol. Quem sabe, vender Sufclair? Se me esforçar bastante, consigo um carrinho e um cachorro, virarei catador. Talvez você seja uma pessoa mais solar do que eu, mas devo admitir que, se estivesse naquela situação, escolheria o crack. Ficaria na minha jaula acionando a alavanca até morrer.

É verdade que muitas das pessoas que estão na Cracolândia chegaram à mendicância por causa da droga, mas não vieram de muito longe. A maioria, segundo censo da prefeitura, não completou o ensino fundamental. São pobres, negros e pardos. Quando aparece alguém de fora desse estrato é um espanto, como foi a suspeita de que o irmão da Suzane Richthofen era viciado. Claro que parte da comoção com a notícia tem a ver com a tragédia daquele garoto. Mas uma parte do susto é: meu Deus, um loiro na Cracolândia! Um descendente de alemães! Que estudou em escola particular!

Quantas pessoas do seu círculo consomem álcool regularmente? E maconha? Aposto que você conhece pessoas profissionalmente ativas e bem-sucedidas que consomem cocaína. E crack? Quantos viciados em crack há na sua família, na sua turma de escola, dormindo no chão, na praça Princesa Isabel? Princesa Isabel, veja só.

Em 2015, Carl Hart, negro, com dreads, foi barrado na entrada de um hotel, em São Paulo. Questionado a respeito, disse não entender por que as pessoas estavam tão chocadas por ele ter sido barrado no hotel, mas não se chocavam com o fato de não haver um só negro no público de suas palestras.

Infelizmente, entre nós, o choque mais comum diante da desigualdade é a tropa.

QUESTÃO 01

O propósito do texto é

- (A) chamar a atenção da sociedade para o problema do crack.
- (B) chamar a atenção para o preconceito racial existente em nossa sociedade.
- (C) demonstrar que não adianta combater o vício sem apresentar alternativas à droga.
- (D) demonstrar que o crack não é usado em classes sociais mais altas.

QUESTÃO 02

Sobre a constituição do texto, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) No primeiro parágrafo, o locutor do texto faz uma contextualização para introduzir o assunto do texto.
- (B) No segundo parágrafo, encontra-se a tese do texto, que será desenvolvida nos parágrafos seguintes.
- (C) No sexto parágrafo, o locutor apresenta perguntas, mantendo uma interlocução com o leitor.
- (D) No terceiro e no quarto parágrafos, o locutor faz uma referência à vida dos mendigos para exemplificar a vida de um deles.

QUESTÃO 03

Percebe-se o tom irônico do locutor do texto em:

- (A) “É verdade que muitas das pessoas que estão na Cracolândia chegaram à mendicância por causa da droga, mas não vieram de muito longe”.
- (B) “Quando aparece alguém de fora desse estrato é um espanto, como foi a suspeita de que o irmão da Suzane Richthofen era viciado”.
- (C) “Quantos viciados em crack há na sua família, na sua turma de escola, dormindo no chão, na praça Princesa Isabel? Princesa Isabel, veja só”.
- (D) “Um belo dia você decide parar com o crack. Você luta, faz um esforço sobre-humano e depois de meses está curado”.

QUESTÃO 04

Percebe-se a interferência do locutor do texto, demonstrando a sua preocupação com a situação dos mendigos, em:

- (A) “Aposto que você conhece pessoas profissionalmente ativas e bem-sucedidas que consomem cocaína. E crack?”
- (B) “Talvez você seja uma pessoa mais solar do que eu, mas devo admitir que, se estivesse naquela situação, escolheria o crack”.
- (C) “Você deita sob uma marquise na rua Helvétia, apoia a cabeça num paralelepípedo, dá um gole numa poça d’água e pensa: agora eu sou um mendigo saudável!”
- (D) “Você se lembra vagamente de ter tido metade de um pente, num passado não muito distante, mas não sabe onde foi parar”.

QUESTÃO 05

Todas as extrapolações abaixo podem ser feitas com base no texto, **EXCETO**:

- (A) Ao afirmar que infelizmente, entre nós, o choque mais comum diante da desigualdade é a tropa, o locutor se refere à tropa de choque da polícia.
- (B) Ao citar o caso do irmão de Suzane Richthofen, o locutor demonstra seu desprezo pela situação em que o rapaz se envolveu.
- (C) Ao constatar que o resto do tempo em que o mendigo está sem o crack é um inferno, o locutor deixa claro como é difícil a vida de quem vive nas ruas.
- (D) Ao mencionar a pesquisa do psicólogo Hart, o locutor teve o objetivo de demonstrar como as situações se equivalem e deveriam servir de exemplo.

QUESTÃO 06

Em: “É verdade **que muitas das pessoas que estão na Cracolândia chegaram à mendicância por causa da droga**, mas não vieram de muito longe”, temos um período composto, em que a oração destacada exerce a função de

- (A) Complemento nominal.
- (B) Objeto direto.
- (C) Predicativo.
- (D) Sujeito.

QUESTÃO 07

O uso da crase é **facultativo** em:

- (A) Comeu um bife à milanesa.
- (B) Desejo felicidades à sua irmã.
- (C) Queremos que fique à vontade.
- (D) Vou à Bahia no próximo mês.

QUESTÃO 08

A concordância verbal é permitida com o verbo no plural ou no singular em:

- (A) Não foram eles que _____ o trabalho. (fez/fizeram)
- (B) Mais de um candidato _____ aprovado. (foi/foram)
- (C) Grande parte dos convidados _____ mais cedo. (chegou/chegaram)
- (D) Cerca de cem pessoas _____ ao ver a polícia. (fugiu/fugiram)

QUESTÃO 09

A regência verbal está **CORRETA** em:

- (A) Nós pisamos a grama descalços.
- (B) O cargo que aspiras é muito bom.
- (C) O gerente visou a todos os cheques com caneta preta.
- (D) Eles usaram os artifícios que dispunham.

QUESTÃO 10

O mesmo processo de formação da palavra **INFELIZMENTE** é observado em:

- (A) desigualdade
- (B) anoitecer
- (C) envelhecer
- (D) envergonhar

PROVA DE LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 11**

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Luzia, a participação popular no processo legislativo é

- (A) direito político garantido como modo de exercício da soberania popular.
- (B) permitida, desde que autorizada pela Câmara Municipal.
- (C) permitida, desde que autorizada pelo Prefeito Municipal.
- (D) proibida, porque o exercício da soberania popular ocorre apenas de forma indireta.

QUESTÃO 12

Sobre a relação entre o Município de Santa Luiza e as organizações religiosas, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É vedado ao Município estabelecer cultos religiosos ou igrejas.
- (B) É vedado ao Município estabelecer qualquer relação de colaboração com organizações religiosas.
- (C) O Município pode adotar religião oficial, mas não pode proibir as demais manifestações religiosas.
- (D) O Município pode subvencionar o funcionamento de organizações religiosas.

QUESTÃO 13

Acerca dos vereadores do Município, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) É vedado ao vereador, desde a posse, exercer outro cargo eletivo Federal, Estadual ou Municipal.
- (B) O vereador que fixar residência fora do Município incorre em causa de perda de mandato.
- (C) Os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional.
- (D) Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato em qualquer lugar que estejam.

QUESTÃO 14

Os atos referentes à situação funcional dos servidores da Câmara Municipal são de competência

- (A) da Mesa da Câmara Municipal.
- (B) do Prefeito Municipal.
- (C) do Presidente da Câmara Municipal.
- (D) do Secretário de Governo.

QUESTÃO 15

A duração da legislatura coincide com

- (A) a sessão legislativa ordinária.
- (B) o ano civil.
- (C) o mandato da Mesa Diretora.
- (D) o mandato dos vereadores.

QUESTÃO 16

As normas que definem faltas contra a Ética e Decoro Parlamentar

- (A) incluem normas referentes à conduta social do Vereador.
- (B) não proíbem o Vereador de obter favorecimentos e vantagens pessoais ou eleitorais com recursos públicos.
- (C) não restringem o uso do poder inerente ao mandato.
- (D) restringem-se às normas de conduta nas sessões da Câmara.

QUESTÃO 17

Na hipótese de violação do Código de Ética por Vereador, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a denúncia pode ser feita por escrito ou verbalmente por qualquer cidadão.
- (B) apenas outro Vereador pode representar, fundamentadamente, perante o presidente da Câmara Municipal.
- (C) qualquer cidadão, pessoa jurídica ou algum dos vereadores pode representar, fundamentadamente, perante o presidente da Câmara Municipal.
- (D) será julgado pelo juiz da Comarca.

QUESTÃO 18

Sobre o concurso público, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é permitido ao gestor público prover cargos efetivos sem concurso público quando entender conveniente.
- (B) é requisito inafastável para o acesso a cargo de provimento efetivo.
- (C) é requisito para provimento de cargo em comissão.
- (D) não está previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

QUESTÃO 19

Sobre a responsabilidade do servidor, é correto afirmar:

- (A) As sanções cíveis não podem ser cumuladas com as sanções administrativas.
- (B) Em caso de dano a terceiro, o servidor responde perante a vítima direta e primariamente.
- (C) O servidor público responde apenas administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- (D) O servidor público responde na esfera cível por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, que cause danos à Fazenda Pública.




QUESTÃO 20

O servidor público que pratique crime contra a Administração Pública incorre em causa ensejadora de

- (A) Advertência.
- (B) Demissão.
- (C) Multa.
- (D) Suspensão.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 21**

Analise as seguintes afirmativas sobre as pastas disponíveis no Microsoft Outlook, versão português do Office 2010:




- I – O ícone  corresponde à pasta “Itens Enviados”.
- II – O ícone  corresponde à pasta “Caixa de Entrada”.
- III – O ícone  corresponde à pasta “Rascunhos”.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I e II
(B) I e III
(C) II e III
(D) III

QUESTÃO 22

Analise as seguintes afirmativas sobre os gráficos disponíveis no Microsoft Excel, versão português do Office 2010:





- I – O ícone  corresponde a um gráfico de Área.
- II – O ícone  corresponde a um gráfico de Barras.
- III – O ícone  corresponde a um gráfico de Linhas.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
 (B) I e III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I, II e III.

QUESTÃO 23

Todas as afirmativas abaixo sobre as opções disponíveis no grupo “Estilo” da guia “Página Inicial” do Microsoft Excel, versão português do Office 2010, estão corretas, **EXCETO**:

- (A) O ícone  corresponde à opção “Estilos de Célula”.
- (B) O ícone  corresponde à opção “Estilos de Colunas”.
- (C) O ícone  corresponde à opção “Formatação Condicional”.
- (D) O ícone  corresponde à opção “Formatar como Tabela”.

QUESTÃO 24




Qual a fonte disponível no Microsoft Word, versão português do Office 2010, usada para formatar o texto abaixo?

Texto

- (A) Arial.
- (B) Calibri.
- (C) Courier New.
- (D) Wingdings.

QUESTÃO 25

Analise as seguintes afirmativas sobre as opções disponíveis no grupo “Ilustrações” da guia “Inserir” do Microsoft Word, versão português do Office 2010:

- I –  Permite inserir uma imagem de um arquivo.
- II –  Permite inserir um elemento gráfico do SmartArt.
- III –  Permite inserir formas prontas.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 26**

O princípio da legalidade, previsto no Art. 37, caput, da Constituição da República de 1988, aplicado aos poderes da Administração Pública, resulta na

- (A) impossibilidade de que a Administração Pública crie normas.
- (B) preservação do decreto-lei como espécie de norma jurídica primária.
- (C) proibição de normatização técnica por autarquias especializadas.
- (D) vedação aos denominados decretos autônomos do Chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 27

A hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no Art. 25, da Lei 8666/1993, para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, pressupõe **todas** as seguintes variáveis:

- (A) a inviabilidade de competição, a especificidade do produto, a comprovação da exclusividade.
- (B) a inviabilidade de competição, o caráter personalíssimo da contratação, a comprovação da exclusividade.
- (C) a necessidade de aquisição de objeto de marca específica, a especificidade do produto, a comprovação da exclusividade.
- (D) a necessidade de aquisição de objeto de marca específica, a qualidade superior do produto do produto, a comprovação da exclusividade.

QUESTÃO 28

Considerando a hipótese de rescisão unilateral de contrato pela Administração Pública, motivada pelo descumprimento culposo de cláusulas contratuais pelo contratado, é **INCORRETO** o que consta na alternativa:

- (A) A Administração Pública não deverá indenizar o contratado pelos danos sofridos em razão da rescisão antecipada.
- (B) A Administração Pública não deverá pagar pela parcela executada do objeto.
- (C) O contratado deverá indenizar a Administração Pública pelos danos causados.
- (D) Os efeitos para fins de indenização são diversos da hipótese em que a rescisão se dá por conduta não culposa do contratado.

QUESTÃO 29

Acerca do instrumento do contrato no âmbito das contratações das quais seja parte a Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que é

- (A) facultativo, podendo a Administração substituí-lo por outros instrumentos hábeis em qualquer hipótese.
- (B) obrigatório em qualquer contrato.
- (C) obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços.
- (D) obrigatório nos contratos administrativos e facultativo nos contratos de direito privado da Administração.

QUESTÃO 30

Sobre as prerrogativas dos bens públicos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Administração Pública, desde que autorizada pelo Poder Legislativo, pode dar em garantia real qualquer de seus bens.
- (B) A impenhorabilidade alcança os bens de propriedade da Administração Direta, mas é inaplicável aos bens da Administração Indireta.
- (C) A inalienabilidade decorre do fenômeno da afetação, próprio dos bens públicos do domínio público.
- (D) Os bens de uso especial podem ser adquiridos por usucapião.

QUESTÃO 31

Os direitos e garantias fundamentais, contidos na Constituição da República de 1988, podem ser reivindicados pelos titulares na ausência de lei que os regulemente?

- (A) Não, pois as normas constitucionais são referentes a direitos fundamentais e não podem ser interpretadas pelo Poder Judiciário.
- (B) Não, pois da Constituição não decorrem diretamente pretensões jurídicas, dada sua natureza de carta política.
- (C) Sim, mas desde que sejam de índole individual, os direitos sociais não podem ser reivindicados na ausência de lei regulamentadora, em razão da natureza programática das normas que os garantem.
- (D) Sim, pois as normas de direitos e garantias fundamentais são, em regra, de eficácia plena, direta e imediata.

QUESTÃO 32

O pressuposto direito líquido e certo no mandado de segurança resulta na seguinte **consequência**:

- (A) Exigência de apresentação de prova pré-constituída pelo impetrante e inexistência de dilação probatório no curso do procedimento.
- (B) Exigência de reconhecimento expresso do direito reivindicado, emitida pela autoridade coatora.
- (C) Impossibilidade de impetrar mandado de segurança para defender direito que não esteja expressamente previsto em Lei.
- (D) Vedação de utilização do mandado de segurança para defesa de direito sobre o qual pese controvérsia teórica ou jurisprudencial.

QUESTÃO 33

Constatando o Município que há em seu território uma grande quantidade de exploradores de uma determinada atividade comercial lícita, o Prefeito Municipal propõe à Câmara de Vereadores projeto de lei que visa delimitar a quantidade máxima de estabelecimentos daquela natureza no espaço urbano e estabelecer a distância mínima a ser respeitada entre os estabelecimentos em questão.

Em face de tal hipótese, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Lei em questão encontraria respaldo no Art. 174 da Constituição da República que, prevendo a denominada intervenção indireta, permite que o Estado atue como agente normativo e regulador da economia.
- (B) A Lei em questão feriria o direito fundamental à liberdade de iniciativa, porque autorizaria ingerência estatal em negócios privados vedada pela Constituição.
- (C) A matéria poderia ser objeto de lei, mas desde que a proposta fosse de iniciativa de membro do Poder Legislativo.
- (D) A proposta em questão não expressa pretensão de violação de direito fundamental.

QUESTÃO 34

Sobre o Ministério Público, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A independência funcional de seus membros veda a ingerência do Poder Executivo no exercício de suas atribuições; são funcionalmente independentes, resguardados por regime peculiar de garantias.
- (B) A instituição pode ter suas atribuições definidas pela legislação federal, estadual e municipal, definida a repartição conforme a esfera territorial de atuação dos Promotores de Justiça.
- (C) Seus membros são agentes estáveis, sujeitando-se ao regime estatutário próprio dos servidores de sua respectiva esfera da Federação.
- (D) Suas atribuições no que se refere ao controle da Administração Pública não alcançam a Administração no âmbito do Poder Legislativo.

QUESTÃO 35

O julgamento da constitucionalidade em abstrato de lei municipal constitui competência do

- (A) Juiz de primeira instância da justiça comum estadual.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado a cuja esfera pertence o Município.

QUESTÃO 36

Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de servidor público, segundo o Direito Penal Brasileiro, constitui

- (A) conduta atípica.
- (B) crime de advocacia administrativa.
- (C) crime de corrupção ativa.
- (D) crime de improbidade administrativa.

QUESTÃO 37

Tratando-se de crime praticado por servidor público contra a Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que

- (A) incidirá aumento de pena, se o autor do crime for ocupante de função de direção ou assessoramento no âmbito do Município.
- (B) o autor do crime não poderia ser um empregado público nem empregado de empresa concessionária de serviço público.
- (C) o crime não poderá ser de prevaricação.
- (D) o crime poderá ser de tráfico de influência.

QUESTÃO 38

Acerca da taxa, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é tributo não vinculado, porque não se submete a uma previsão constitucional exaustiva das hipóteses de instituição por cada ente da federação.
- (B) não se submete aos princípios da anterioridade e da igualdade dos tributos.
- (C) o fato gerador pode ser a prestação de serviço público, desde que o serviço prestado seja específico e divisível.
- (D) pode ser instituída e majorada por decreto.

QUESTÃO 39

Sobre o Imposto Predial Territorial Urbano, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A localização do imóvel em área urbana é relevante para definir hipótese de incidência do IPTU.
- (B) O critério da localização atrai o imóvel para a incidência do IPTU, qualquer que seja a destinação do imóvel, desde que localizado em área urbana.
- (C) O lançamento desse imposto não pode ser feito de ofício, está condicionado à declaração do contribuinte.
- (D) O Município pode definir livremente por lei sua zona urbana, para fins de cobrança de IPTU.

QUESTÃO 40

Sobre isenção tributária, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A isenção é sempre decorrente de lei em sentido estrito.
- (B) A isenção pode ser definida como hipótese de exclusão do crédito tributário.
- (C) A isenção determina a não incidência do tributo por força de proteção constitucional ao destinatário.
- (D) Quando concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, a isenção não pode ser revogada.

QUESTÃO 41

Suponha que seja interposta ação em face do Município: o autor da ação pleiteia prestação de saúde, constatando-se que o autor não apresentou nenhum pedido no âmbito administrativo reivindicando tal prestação à autoridade competente da Administração Pública.

Nesse caso, seria **CORRETO** afirmar que:

- (A) não haverá questão preliminar a ser arguida pelo Município.
- (B) falta ao autor da ação interesse processual.
- (C) o autor deveria esgotar a via administrativa antes de interpor ação judicial.
- (D) tal pretensão somente poderia ser aduzida em sede de mandado de segurança.

QUESTÃO 42

Sobre a figura do *amicus curiae* no vigente Código de Processo Civil, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A admissão de *amicus curiae* deve considerar a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia.
- (B) A intervenção de que trata o instituto não implica alteração de competência.
- (C) A legislação em questão somente admite que figure como *amicus curiae* pessoa jurídica.
- (D) A representatividade adequada é requisito para que seja admitido como *amicus curiae* pessoa, órgão ou entidade especializada.

QUESTÃO 43

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) As empresas públicas gozam da prerrogativa de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (B) Não está sujeita à remessa necessária a sentença fundada em súmula de tribunal superior.
- (C) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não poderá produzir provas.
- (D) Os motivos de impedimento e de suspeição aplicam-se apenas aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

QUESTÃO 44

Sobre a questão resolvida na fase de conhecimento de cuja decisão não caiba agravo de instrumento, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Deverá ser objeto de agravo retido.
- (B) Será discutida em ação autônoma.
- (C) Sofrerá os efeitos da preclusão.
- (D) Não será coberta pela preclusão.

QUESTÃO 45

Acerca do veto no processo legislativo, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A apreciação do veto pelo Poder Legislativo pode ser realizada quantas vezes desejarem os membros das casas legislativas.
- (B) A emissão de veto é livre quanto ao alcance sobre o texto do projeto, podendo alcançar parcialmente incisos, parágrafos e alíneas.
- (C) Podem as constituições estaduais ou as leis orgânicas municipais retirar do processo legislativo a oportunidade de apreciação de veto pelo Poder Legislativo.
- (D) Trata-se de mecanismo do sistema de freios e contrapesos que expressa a rejeição do projeto de lei pelo chefe do Poder Executivo, mas é ato superável pelo Poder Legislativo.

QUESTÃO 46

É expressão da independência do Poder Legislativo, **EXCETO**:

- (A) A organização e gestão de seus próprios serviços administrativos pelas Casas Legislativas.
- (B) A possibilidade de exercício da imunidade material pelo parlamentar em qualquer circunstância da vida social.
- (C) A possibilidade de julgar seus próprios membros por infração de deveres que possa levar à perda de mandato.
- (D) A vedação de que sejam objeto de apreciação judicial as denominadas matérias *interna corporis*.

QUESTÃO 47

Sobre o controle de constitucionalidade das leis municipais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) As leis municipais podem ter sua constitucionalidade apreciada em sede de controle difuso por qualquer juiz ou tribunal que as aplique.
- (B) As leis municipais que prevejam o ato administrativo não podem ter sua constitucionalidade questionada por impetrante de mandado de segurança que vise o controle de legalidade do ato.
- (C) As leis municipais se sujeitam a controle de constitucionalidade apenas durante o processo legislativo.
- (D) O controle concentrado de constitucionalidade não alcança as leis municipais.

QUESTÃO 48

Constitui matéria de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo:

- (A) Alteração do estatuto dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta.
- (B) Criação de cargos, funções ou empregos públicos em qualquer dos três poderes.
- (C) Sistema ÚNICO de SAÚDE.
- (D) Tributos em geral.

QUESTÃO 49

As leis complementares se distinguem das leis ordinárias porque

- (A) não podem ser criadas por Estados e Municípios.
- (B) não se submetem a deliberação executiva.
- (C) são hierarquicamente superiores.
- (D) exigem aprovação legislativa por maioria absoluta.

QUESTÃO 50

Considere que um projeto de lei tenha sido submetido à Câmara e tenha sido rejeitado.

Em face de tal hipótese, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O projeto poderá ser reapresentado a qualquer tempo.
- (B) O projeto não poderá ser proposto novamente, salvo se mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (C) A matéria constante do projeto somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (D) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na próxima legislatura, salvo se mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CONCURSO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
EDITAL 001/2017

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

